

## Contatos imediatos de fronteira: correspondência entre oficiais militares portugueses e espanhóis no extremo sul da América (séc. XIX)

Adriano Comissoli<sup>1</sup>

**Resumo:** o artigo analisa a comunicação política da monarquia portuguesa ao estudar a troca de correspondências entre oficiais militares com suas contrapartes espanholas no extremo sul da América no século XIX. Apresenta a cooperação e as concorrências entre os responsáveis pela administração da fronteira entre a capitania lusa do Rio Grande de São Pedro e os territórios hispânicos do vice-reino do rio da Prata, em particular a Banda Oriental, com concentração nos anos de 1803 a 1805. Verifica-se a existência de um circuito de comunicação composto pelo governador da capitania, oficiais militares de diversas graduações, batedores e informantes. Conclui-se que a comunicação entre as autoridades das Coroas ibéricas era atravessada por dissimulações e tentativas de desinformação, que exploravam a rivalidade latente no período.

**Palavras-chave:** comunicação, correspondência, fronteira.

**Abstract:** the article analyses the political communication inside the Portuguese monarchy by studying the exchange of correspondence between military officers and his Spanish counterparts in the extreme south of America in the Nineteenth century. Presents the cooperation and thus the disputes between the administrators of the border amongst the Lusitan captaincy of Rio Grande de São Pedro and the Hispanic territories of the vice-royalty of rio de la Plata, in particular the Banda Oriental, with focus in the years 1803 to 1805. Verifies the existence of a communication circuit involving the governor of the captaincy, the military officers of various ranks, scouts and informers. Concludes that the communication between authorities from the iberic Crowns was perpassed by dissimulation and attempts of disinformation wich explored the existent rivalry in the period.

**Keywords:** communication, correspondence, borderland.

Apresentamos alguns dados da investigação que conduzimos a respeito da comunicação política portuguesa na capitania do Rio Grande de São Pedro, com especial menção à administração da fronteira junto aos espanhóis. Neste artigo desenvolveremos e analisaremos alguns aspectos da troca de correspondência entre oficiais de Suas Majestades Católica e Fidelíssima, tanto no que tange às colaborações quanto às concorrências e formas de dissimulação e desinformação.

A definição certa, ainda que breve, de Fragoso e Gouvêa nos auxilia a cerca do significado do estudo da comunicação política lusitana.<sup>1</sup> Segundo eles a comunicação política tinha por objetivo ligar as diferentes territorialidades da monarquia portuguesa por meio da correspondência oficial, em especial aquela entre a Coroa e as câmaras municipais. O diálogo por meio das missivas terminaria por revelar a gerência do cotidiano das sociedades construídas no Atlântico sul lusitano, ou seja, a “gestão dos assuntos que diziam respeito às esferas mais amplas e gerais do império como um todo”.<sup>2</sup> A mesma preocupação com a administração das pessoas e dos territórios componentes

---

<sup>1</sup> Professor do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2003); mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense (2006) e doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2011).

deste construto político surge em Loureiro, o qual aponta a importância da circulação de informações permutadas entre os governadores, o Conselho Ultramarino e o monarca.<sup>3</sup> Contudo, Loureiro deteve-se na camada superior, a qual compõe apenas um nível deste fenômeno, já que não foi seu intento apresentar o modo pelo qual os governadores muniam-se de notícias. Loureiro seguiu os passos de Barros, o qual já se ocupara das negociações, mediações e conflitos sobre a forma de conduzir a monarquia em suas diversas partes, uma tensão expressa novamente na troca de papéis entre monarca, seus conselheiros e os governadores de além-mar.<sup>4</sup>

Como se percebe a comunicação política não se detém sobre toda a troca de informações possíveis, mas sobre aquelas que versam sobre a condução da monarquia pluricontinental lusitana. Embora Frago e Gouvêa tenham investido nas câmaras enquanto palco privilegiado da gestão de pessoas e recursos os estudos que sigam suas sugestões não precisam nem devem se restringir a esta instituição. Igualmente não deve se deter aos governadores de capitânias e vice-reis como se tem praticado, visto que estes eram abastecidos de notícias por diferentes fontes e realizam antes um papel de selecionadores e sintetizadores das mesmas do que de apuradores.

A documentação com a qual nos deparamos no fundo Autoridades Militares (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul) se enquadra perfeitamente nos parâmetros e objetivos deste tipo de investigação. Ela é composta por um impressionante volume de cartas, bilhetes, ofícios e outros documentos confeccionados pelos inúmeros oficiais militares das tropas regulares atuantes no Rio Grande de São Pedro. O recorte temporal do fundo inicia no ano de 1790 avançando ininterruptamente até o século XX. Trata-se de um vasto e constante repositório de informações, o qual mais valioso se torna quando consideramos as feições da atividade militar até, no mínimo, o final do período imperial brasileiro, isto é, a forte presença e intervenção sobre a sociedade e a ausência de perfil profissional (ao menos daquele que nos é contemporâneo).<sup>5</sup> O resultado é uma coleção de cartas que trata dos mais diferentes assuntos: movimentação e abastecimento de tropas; conflitos de terra; repressão a crimes; perseguição a infratores; fiscalização de embarcações; emissão de passaportes para viajantes; patrulhamento de fronteira e, o que nos é mais caro, coleta e repasse de informação referente à fronteira com os espanhóis. Tudo manuscrito em incontáveis cartas.

O fato desta documentação encontrar-se sob forma epistolar dota-a de especificidades, conforme as considerações de Castillo Gómez, um especialista na

história da escrita.<sup>6</sup> Cartas são formas de comunicação entre duas ou mais pessoas. Elas concretizam um diálogo entre ausentes e sua confecção prevê a distância entre os participantes, tanto espacial quanto temporal, já que o percurso das mesmas afeta sua recepção. No caso dos comandantes militares de fronteiras, que frequentemente escrevem ao governador, bem como a seus subordinados, nota-se que as cartas não podem ser consideradas totalmente particulares. Elas circulavam pelo império sendo remetidas pelo governador aos secretários de Estado como forma de atestar a veracidade das informações narradas. A fixação de informação naqueles papéis, seja oriunda de notícias comprovadas, seja de boatos e rumores, também tem um papel importante, pois implica na possibilidade de arquivamento e na constituição de uma memória e de uma governabilidade, um dos traços distintivos dos modernos Estado dinásticos. O registro escrito permitia sua consulta inúmeras vezes, além de sacramentar um formato definitivo para a comunicação. Os relatos orais conformavam-se a uma apresentação final ao serem colocados no papel. A importância dessa atividade crescia desde o século XVII, de modo que a função de secretários responsáveis pela redação de cartas, bem como a formação do mesmo, assumia maior destaque.<sup>7</sup> Neste mesmo sentido podem ser compreendidas as reformas de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho em 1798, que restringiam o serviço postal ao monopólio da Coroa, findando com a ação de particulares que a caracterizava desde 1520, quando fora criado o correio-mor. Embora Guapindaia insista na preocupação de aumentar a arrecadação da Coroa, parece-nos igualmente relevante considerar que esta passava a ter maior controle sobre o ir e vir das notícias, em especial das emitidas por seus próprios servidores.<sup>8</sup>

A região a que nos referimos pode claramente ser analisada enquanto uma zona de fronteira, visto que contrapunha os territórios vassalos de Portugal aos de Espanha, desta vez os situados no extremo sul da América, o que englobava a capitania do Rio Grande de São Pedro, a Banda Oriental e algumas partes do vice-reino do Rio da Prata. Muitos elementos se fundem na disputa pela bacia do rio da Prata no início do século XIX. Fatores econômicos como o comércio legal e ilegal que permitia a obtenção da prata oriunda de Potosí; as pastagens e os rebanhos cavaleares e vacuns; a expansão de propriedades pecuárias e agrícolas. Fatores geopolíticos tais como a proteção de outras regiões e o aumento do interesse e presença inglesa na região fomentavam igualmente a preocupação de autoridades locais e centrais. Aos espanhóis interessava fechar o território à Inglaterra, neste momento uma inimiga declarada; aos portugueses, manter

sua neutralidade a fim de minimizar as concessões a serem feitas à sua antiga, mas incômoda aliada.<sup>9</sup>

A despeito da divisão política a fronteira é um fenômeno de porosidade, permitindo o trânsito de pessoas, mercadorias e ideias. Se de um lado a fronteira demarcava duas áreas de autoridades políticas diferentes, de outro criava uma zona comum. Em termos de ideias as idas e vindas deveriam ser regidas por documentos oficiais que autorizassem a saída e entrada nos territórios. Contudo, o cotidiano da fronteira seguia padrões mais flexíveis (ou múltiplos) e a ausência de suficiente vigilância impedia a fiscalização do considerável número de pessoas a mover-se em ambos os sentidos. Algumas das cartas localizadas no fundo Autoridades Militares do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul permitem acompanhar a administração da fronteira e o relacionamento entre oficiais militares de ambas as possessões. Para isso utilizaremos especialmente correspondências dos anos de 1803 a 1805, que contemplam uma diversidade de assuntos.

Os comandantes militares portugueses gerenciavam a fronteira com os espanhóis a partir de dois pontos, os quartéis militares nas povoações de Rio Pardo e de Rio Grande. Cada um deles era entendido como uma fronteira específica ou como um setor da zona de fronteira a ser fiscalizado de forma autônoma. Para isso os comandantes de fronteira Patrício José Correia da Câmara e Manuel Marques de Souza, respectivamente de Rio Pardo e de Rio Grande, agiam cada um sobre uma área determinada, ainda que não raro trocassem cartas entre si atualizando-se do que ocorria na outra fronteira. Ambos ocupavam os postos de comando desde 1777 e na altura dos anos que trabalharemos encontravam-se experimentados nas múltiplas tarefas requeridas. A fim de se manter a par das mais diversas ocorrências os dois contavam com um sistema de informações que se estendia hierarquicamente para baixo e para cima de si. Os dois oficiais respondiam ao governador da capitania – que detinha a maior autoridade militar – e a seu ajudante de ordens. Na prática as missivas demonstram que escreviam ao primeiro através do segundo, isto é, para comunicarem-se ao governador Paulo José da Silva Gama (1803-1809) escreviam a seu ajudante José Inácio da Silva, solicitando que apresentasse as notícias e destacando diferentes graus de importância das mesmas. As cartas endereçadas diretamente ao governador aparecem em muito menor número, diremos mesmo raramente.

Abaixo na cadeia de comando Patrício José e Marques de Souza contavam diversos interlocutores. Os imediatamente subordinados eram os oficiais – alferes, tenente, capitães e tenentes-coronéis – seguidos pelos inferiores – sargentos, furriéis e cabos. Na categoria de Estado Maior situavam-se os sargentos-mores, patente equivalente a de major. De fato, os dois termos surgem na documentação, mas parece que o primeiro era mais oficial. Abaixo destes graduados um grande número de soldados, além de peões e guias de caminhos, recrutados fora dos quadros propriamente militares.

A fim de manter o governador da capitania atualizado do que ocorria nas zonas de fronteira os comandantes recolhiam notícias de todas as fontes possíveis. Seus capitães – e referimos estes por se tratar da patente militar mais difundida no extremo sul – escreviam com frequência narrando novidades, acontecimentos de destaque ou mesmo para dizer que tudo estava calmo. Patrulhas eram enviadas para checar a fronteira em diversos pontos e “bombear”, ou seja, bater o terreno em busca de forças espanholas. Para isso contavam com bombeiros, aqueles que se adiantavam ao grosso da formação para observar o campo, procurar vestígios de deslocamentos inimigos ou preparar tocaias. Em certas missivas fica claro que soldados desempenhavam esta tarefa, mas o fato dos bombeiros serem mencionados à parte das patrulhas indica uma função específica, a qual poderia ser e segundo as cartas consultadas foi prestada também por índios aldeados, mulatos e negros libertos. Na busca por informação também eram interrogados os viajantes que chegavam ao porto de Rio Grande por embarcações vindas do Rio de Janeiro ou de Montevideu e Buenos Aires. Os primeiros mencionavam, algumas vezes, notícias mais distantes, vindas da Europa e todas eram repassadas ao governador.

Finalmente, havia a figura dos espias. Esta expressão idiomática unia tanto a figura do batedor (a exemplo do bombeiro) quanto a do agente infiltrado de forma discreta ou dissimulada em áreas de controle espanhol. O expediente da espionagem mostrou-se recorrente o suficiente nos maços de cartas desde 1801 até 1807, que são os que passaram por nossa triagem até o momento, para que possamos afirmar que formavam uma rede de comunicação estável e da qual as autoridades portuguesas da capitania do Rio Grande recorriam – se é que não dependiam – para estar a par do que se passava nas cidades hispânicas do rio da Prata. De fato, a utilização desses espões já aparece no registro que a Provedoria da Fazenda da capitania fez do capítulo de uma carta de 19 de maio de 1772 do vice-rei Marquês do Lavradio (1769-1779) sobre o uso das espias que fossem necessárias.<sup>10</sup> Veremos que estes olheiros complementavam o

conhecimento de seus comandantes em relação às informações que obtinham em seus diálogos manuscritos com os pares espanhóis

No contexto de nossa atual exposição é necessário recordar que no de 1801 lusos e hispânicos haviam travado e encerrado outra de suas refregas. Em sua vertente europeia o episódio foi alcunhado de Guerra das Laranjas, compondo-se antes de demonstrações militares vãs do que de combates. Embora Portugal perdesse a praça de Olivença para a Espanha, as tradicionais consequências destrutivas de uma guerra não se concretizaram. Na América, entretantes, os ânimos se acirraram e os embates seguiram seu curso próprio praticamente autônomo. A guerra se desenvolveu de forma independente no Mato Grosso e no Rio Grande de São Pedro, onde culminou com a anexação dos sete povos missioneiros orientais, um significativo aumento territorial e populacional às possessões portuguesas.<sup>11</sup> O Tratado de Badajoz, assinado no mesmo anos, sacramentou as mudanças territoriais, mas não trouxe tranquilidade à região platina. Na leitura dos portugueses os espanhóis portavam-se como maus perdedores e tramavam e organizavam-se para uma investida de retomada das missões. É neste contexto que se desenvolveram as tratativas dos anos seguintes, cercadas de grande apreensão e muitas vezes de mútua desconfiança.

Nos anos de 1804 e 1805 os espanhóis decidiram-se a organizar uma pesada ofensiva contra os indígenas não aldeados que circulavam pela região platina. Tratavam-se das nações charrua e minuano, que não haviam se convertido ao catolicismo, sendo, por isso, nomeados “índios infiéis”. Viviam em grupos de algumas dezenas de indivíduos cuja denominação era toldo e não raro entravam em conflito com as forças europeias, pois realizavam preias de gado e não reconheciam – em primeiro momento – a pretensão de espanhóis e portugueses ao controle do território, visto habitarem o mesmo há inúmeras gerações. Os espanhóis, fartos das “roubalheiras” efetuadas pelos indígenas, mobilizaram-se, mas dentro da tensa conjuntura que seguiu-se à guerra de 1801 uma concentração de forças era vista como potencial ameaça aos domínios dos Bragança.

A dezessete de julho de 1804 o governador de Montevideú seguiu as orientações de praticar a boa convivência entre os confinantes e notificou o do Rio Grande, Paulo José da Silva Gama, sobre “os roubos e assassínios praticados contra os Vassalos de S.M.C. pelo índios Charruas, e Minuanos” e que para lhes por fim enviara uma partida de cinquenta homens armados, os quais efetuaram prisioneiros.<sup>12</sup> Os presos, contudo, eram portugueses e índios guaranis dos povos missioneiros, os quais alegavam possuir licenças

para montar vacarias em território espanhol. Era uma situação delicada. Se a informação procedesse os espanhóis teriam a justificativa para se armar contra os próprios portugueses e procurar retomar o terreno que perderam. O governador espanhol queixou-se ao lusitano dado o “assíduo cuidado com que tem procurado conservar inalterável a tranquilidade e harmonia que deve subsistir entre os vassallos de uma e outra Potência” e solicitou que se impedisse que os guaranis aldeados mantivessem contato com os charruas e minuanos, além de prender os portugueses que se introduziam na área espanhola e expulsar qualquer espanhol irregularmente estabelecido. Percebe-se que a exigência era razoável, já que demandava a precisa esfera de atuação das autoridades portuguesas e espanholas. Além disso, não haviam ameaças, mas requeria-se justamente a tranquilidade e harmonia desejadas após os conflitos recentes.

Trata-se de uma carta diplomática, pautada pela convivência pacífica e regrada pela obediência ao estipulado nos tratados acordados entre as Coroas. Não obstante ela permite perceber algumas cenas do cotidiano da fronteira. Primeiramente a falta de controle por ambos os lados. Indígenas aldeados ou não, bem como portugueses e espanhóis, circulavam sem deter-se diante dos limites arbitrados e demarcados por rios de volume, como o Negro. Moviam-se, erguiam estabelecimentos para engorda do gado, preavam gado pertencente a vassallos da Coroa oposta, agindo por regras próprias. Reconheciam as autoridades estabelecidas, mas procuravam contornar suas normas. Os índios missioneiros, por exemplo, agiam com dubiedade, aliando-se aos mais indômitos charruas e minuanos. Dessa forma, podiam trazê-los para a esfera de influência portuguesa ou talvez manter uma dose de independência da mesma. A diplomacia da comunicação entre os governadores impedia que acusações fossem formuladas, embora se exigissem providências. Esta situação motivou a iniciativa espanhola de cortar o mal pela raiz, atacando com dureza os “infiéis” charruas e minuanos.

Entretanto, espanhóis e portugueses também haviam acordado instalar guardas permanentes em diversos pontos da fronteira, de maneira a regular a passagem de indivíduos e demarcar propriamente o espaço. Em janeiro de 1805 os oficiais da fronteira do Rio Grande informavam ao ajudante de ordens do governador que as demarcações e construções de guardas haviam começado no dezembro anterior. Eles acompanhavam a partida espanhola liderada pelo tenente-coronel Francisco Xavier de Vianna, relatando onde acampava e repassando as cartas do próprio ao governador português. As tratativas seguiam a bom termo, com trocas de gentilezas na forma de visitas. O sargento-mor sul

rio-grandense Vasco Pinto Bandeira visitou a partida espanhola, “sendo recebido com muito agrado, com eles jantou”. No dia seguinte os lusos responderam à cortesia recebendo Vianna “com urbanidade na nossa guarda”. Este oficial não escondeu que “a sua Comissão era o primeiro objeto extinguir os Índios Bárbaros, que lhe fazem muito dano, por bem, ou com o rigor”.<sup>13</sup>

Encerrando a narrativa comentava-se que os espanhóis tinham já conhecimento de encontrar-se em guerra contra os ingleses, “os quais lhe tomaram três Fragatas na Costa da Europa, que tinham saído de Montevideú carregadas de prata, e sendo as Fragatas quatro meteram uma a pique”.<sup>14</sup> Tão longe, tão perto. Embora a guerra se restringisse à Europa neste momento as embarcações haviam saído de Montevideú, carregando a prata potosina a qual fizemos alusão acima. Ademais, não obstante a neutralidade que vigorava entre Portugal e Espanha, sabia-se o quanto o primeiro era próximo do Reino Unido. Situações como estas exigiam diplomacia também dos oficiais lotados no sul da América, a fim de não ferirem brios e criarem situações que aumentassem as tensões latentes.

É certo que cortesia e simpatia não eliminavam as desconfianças e as cobranças de ambos os lados, mas eram peças fundamentais na relação entre espanhóis e portugueses. Os oficiais militares, vivenciando a proximidade espacial ocasionada pela fronteira, tratavam-se com amizade e boa vontade, até mesmo para melhor gerir a troca de informações e de prisioneiros, dentre eles escravos, que efetuavam com frequência. Em fevereiro de 1805 Manuel Marques de Souza teve de responder às queixas de um sargento-mor espanhol sobre roubos de animais efetuados por portugueses. Souza determinou que o alferes Hipólito do Couto comandasse uma partida com a finalidade de reprimir os furtos, “para fazer manter boa harmonia, Amizade e correspondência com os confinantes”. A ação levou à prisão de “parte dos ladrões”, que foram encaminhados à prisão e os animais restituídos ao sargento-mor queixoso.<sup>15</sup> Um resultado favorável à manutenção da frágil paz.

Embora não as tenhamos contabilizado, por não se tratar do objeto principal desta investigação, as devoluções de criminosos, desertores e escravos fugidos ou roubados eram frequentes, sendo mencionadas com regularidade. Em agosto “foi apanhado um preto Espanhol”, o qual foi remetido ao comandante da povoação de Serro Largo “a maneira do que ele atualmente está praticando”.<sup>16</sup> A reciprocidade era praticada



pelos agentes de ambas as Coroas a fim de manter a harmonia que se afirmava indispensável para evitar novos confrontos na região.

Como se disse, contudo, a troca de gentilezas não eliminava a desconfiança e a necessidade de vigilância. A carta de Manuel Marques de Souza de 31 de julho de 1805 mostra novamente que o trânsito pela fronteira era intenso e difícil de ser controlado. Queixa-se de que

vendo eu todos os dias aparecerem nesta vila, francamente, Espanhóis sem me serem apresentados, nem saber por donde entraram, tomei a resolução de reforçar a guarda do Albardão com três soldados mais, e um subalterno; para acautelar e responder por ela, visto que por ali penso entrar a maior parte.<sup>17</sup>

Ou seja, espanhóis entrando na área de controle luso era comuns, mas para serem legais deveriam apresentar os papéis necessários. Novamente evidenciamos a tensão entre as normas e as práticas, visto que a maior parte da população interessava-se por simplesmente deslocar-se, não se dispondo a esperar e pagar pelo trâmites necessários. Paralelamente, havia contrabandistas que movimentavam muitos animais e mercadorias. As autoridades, por sua vez, não poderiam corroborar tal exercício, visto que a falta de controle poderia inserir ou aumentar o número de espias enviados pelos espanhóis para inteirar-se do que passava no lado português.

Em setembro do mesmo ano as relações entre os confinantes azedaram e o nível de suspeita elevou-se devido à marcha das forças comandadas por Francisco Xavier de Vianna. Após acampar durante os meses de inverno, que devido às suas chuvas inundavam os rios e inviabilizavam o deslocamento das tropas, a partida espanhola contra os “índios infieis” se colocou em movimento. Os defensores lusos colocaram-se em alerta e prontamente enviaram seus bombeiros, patrulhas e oficiais para acompanhar os vizinhos e obter notícias de suas intenções. Caso Vianna cruzasse a fronteira “faria ver aquele Comandante a infração com que por um tal procedimento pretendia alterar o sossego das duas Nações”. O comandante de Rio Pardo, Patrício José Correia da Câmara, ordenava preparar os moradores para um eventual confronto e afirmava estar em preparativos “de passar a correr todos os postos avançados desta Fronteira”.<sup>18</sup>

Vasco Pinto Bandeira, o mesmo que jantara agradavelmente com o Xavier de Vianna em dezembro de 1804 agora noticiava que o espanhol arrecadava um amplo número de soldados e milicianos. Dava a conhecer que os reforços ultrapassavam trezentos homens. Tendo comunicado ao brigadeiro Manuel Marques de Souza este deu

sequência à rede de informações repassando ao ajudante de ordens para que este noticiasse ao governador. Souza não deixava de observar certas providências recorrentes, pois “Como vem vindo a primavera vão aparecendo aqueles anúncios anuais infalíveis: não desprezar Missões, não obstante a Paz”.<sup>19</sup> Ao que tudo indica a cada ano após 1801 a possibilidade de uma ofensiva visando o território missioneiro era esperada por parte dos espanhóis ou ao menos boatos a respeito disseminavam-se. Tendo-se reunido uma força bastante considerável os comandantes não se fiavam à condição oficialmente pacífica e recomendavam cautela ao governador, simultaneamente despachando bombeiros que acompanhassem o movimento vizinho e dando ordens para se reforçar as guardas. Uma informação interessante consta no *post scriptum* desta carta ao mencionar “Pepe Artiga é um capitão de Belendengues de muito conceito entre nós”.<sup>20</sup> Há grande probabilidade de tratar-se de José Gervásio Artigas que dali alguns anos iniciaria a mobilização das classes subalternas em um projeto político singular. Em caso positivo ele era um oficial já destacado em 1805 e embora não saibamos o motivo de Marques de Souza o haver mencionado (no P.S. consta apenas a referida frase) ele despertava a atenção das altas autoridades da capitania do Rio Grande, algumas das quais viriam a enfrentá-lo em alguns anos.

Cartas de outubro e novembro mostram que o cotidiano da fronteira podia conter eventos de maior repercussão.<sup>21</sup> Por exemplo, estando em guerra a Espanha e a Inglaterra, devido à aliança da primeira com a França, encontravam-se presos em Buenos Aires seis ingleses. Driblando seus captores os britânicos roubaram uma chalupa (embarcação de pequeno porte a remo ou a vela) e fizeram-se ao mar. Demandavam os espanhóis que os portugueses detivessem o barco caso este estacionasse em portos lusitanos, embora não o tivesse parado quando o mesmo passar por Maldonado, como Marques de Souza deixou entrever em sua carta ao ajudante de ordens José Inácio da Silva. A carta espanhola que alertava para o roubo da chalupa fora enviada a Souza pelo comandante espanhol do Forte de Santa Teresa, Rafael Guerra, seguindo instruções do vice-rei espanhol em Buenos Aires, Marquês de Sobremonte.

Embora tenha rapidamente informado a seus superiores – a carta de Guerra data de 15 de outubro e a do comandante português de 19 do mesmo mês – Manuel Marque de Souza não se furtou a emitir um parecer próprio, o que é parte da atividade de informação, uma espécie de aconselhamento. “Eu penso que os Espanhóis não tem razão em a reclamar [a chalupa], por quanto considero como hostilidade feita por efeito da

guerra”.<sup>22</sup> Guerra é guerra, raciocinava Manuel. Para ele não se tratava de um roubo propriamente dito, mas de uma perda ocasionada pela beligerância anglo-espanhola, a exemplo da tomada das embarcações carregadas de prata acima mencionadas. É claro que tal avaliação está ligada ao fato de portugueses e ingleses serem aliados históricos, sendo que os primeiros se encontravam em momento de particular vulnerabilidade, dependendo grandemente dos segundos. Apesar da opinião de seu subalterno, o governador expediu o aviso sobre a chalupa para a ilha de Santa Catarina, a fim de atender à solicitação vinda de Buenos Aires e evitar qualquer acusação.

Nesta mesma ocasião Manuel Marques de Souza deu notícias de que suas “espias observadoras” estavam posicionadas para verificar se o vice-rei de Buenos Aires passaria à Colônia do Sacramento como alguns rumores davam conta. Se isso acontecesse o comandante deveria precaver-se “sendo necessário fazer respeitar os Domínios de S. A. Real”. Entretanto, outras notícias relatadas na missiva acenavam com a pequena probabilidade de um ataque, pois o vice-rei estaria às voltas com problemas internos “de se terem levantado algumas províncias do interior, nas quais entre a Capital do Cusco, não sendo agora índios tupamaros, são próprios castelhanos”. Após esta advertência o comandante do Rio Grande reportava algumas contradições nas novas que recebia pelo correio oriundo de Buenos Aires: no primeiro momento afirmava-se que os líderes do levante teriam sido capturados, mas o correio seguinte “dá a certeza de se ter agitado a sublevação”, o que exigia o deslocamento de tropas de linha e milícias. Se assim fosse, os espanhóis não teriam condições de mobilizar-se para enfrentar seus vizinhos de imediato.

Entretanto, a altercação em torno da expedição contra os minuanos não se encerrara. A 29 de outubro o tenente-coronel espanhol Francisco Xavier de Vianna convidava os oficiais portugueses a cerrarem armas com suas forças contra os indígenas. O próprio governador Silva Gama fora contatado, mas negara-se a compor a aliança, respondendo “com aquela concisão que exigia a delicadeza da matéria”.<sup>23</sup> Contudo, ao comandante do Rio Pardo, Patrício José Correia da Câmara, “franquearei mais meu sistema de governo, e até para que fique secretamente inteligenciado possa melhor regular-se debaixo dos princípios que entretanto me prescreve a reflexão e a arte conjectural de Política”.<sup>24</sup> Claramente o governador jogava o jogo da dissimulação, não dando a conhecer ao inimigo tudo o que pensava sobre a questão, mas alertando seus comandados para o que realmente se deveria praticar e esperar dos desagradáveis

vizinhos. De início embasava suas opiniões em critérios da política internacional e na ideia do Direito das Gentes.

Jamais a diferença de religião produziu direito para se atacar a qualquer nação, e repugna as Leis da razão e do Direito Natural que se conspire a extingui-la e aniquilá-la meramente pelo frívolo pretexto de não gozarem de representação política entre as mais nações, daqui se segue que seria vergonhoso e até um crime aos olhos do Soberano e do mundo inteiro que no meio da mais amigável correspondência e boa fé se desse aleivosamente auxílios para o destroço geral de indivíduos que continuamente nos estão prestando bons ofícios; semelhante procedimento se contraporía à conservação desta mesma Fronteira, pois sendo máxima constante das Potências secundárias ganharem aliados com que na Balança do Poder equilibrem as Nações de primeira ordem, na extinção total dos Índios não faríamos mais que aplinar esses fracos estorvos que mediam entre nós, e um confinante ativo e poderoso que pela sua posição geográfica há de ser necessariamente em todos os tempos nosso inimigo natural na América, e na Europa.<sup>25</sup>

Frivolidade, vergonhosos, criminosos, inimigos. As opiniões de Paulo José da Silva Gama sobre os espanhóis afastavam-se em muito das boas palavras trocadas entre governadores e oficiais militares de soberanos diferentes. Confiando em Correia da Câmara ele abria o jogo e apontava todas as suas dúvidas quanto aos confinantes. Foi categórico ao afirmar que eram os espanhóis e não os indígenas os indiscutíveis adversários dos portugueses, um “inimigo natural” nas duas margens do Atlântico. A avaliação se baseava tanto no conturbado panorama europeu quanto nas questões americanas, já que, como vimos acima, anualmente se esperava uma nova ofensiva. Os alinhamentos no Velho Mundo ecoavam ao se afirmar que uma política de alianças entre potências de primeira e de segunda ordem se fazia necessária ao enfrentamento que se avizinhava. O governador nada mais traduzia do que a situação de Portugal diante do Reino Unido. Não obstante, o esperto administrador não se distanciava da tradicional política de neutralidade lusitana. Não permitiria a introdução dos espanhóis na capitania do Rio Grande sob qualquer pretexto de perseguição aos indígenas. Por outro lado não negaria acolhida aos últimos “quando desbaratados e perseguidos se refugiarem para dentro de nosso território”. Esta preocupação, afirmava, se baseava no Direito das Gentes e buscava exemplo na atitude de um dos mais respeitados monarcas lusos.

temos um belo exemplo na nossa mesma história, quando refugiando-se no Tejo os Príncipes Palatinos, perseguidos pela Esquadra do Almirante Blake, apesar das críticas circunstâncias da Nação, e dos votos de muitos conselheiros de Estado, jamais o Sr. Rei D João 4º consentiu em os entregar<sup>26</sup>

Como colocar em dúvida uma atitude do rei que restaurou Portugal do domínio Habsburgo?

Não se prestaria ajuda direta, nem se permitiria que os indígenas organizassem ataques aos hispânicos, respeitando “a mais perfeita neutralidade”, o que condizia com as diretrizes de Lisboa em meio à difícil manutenção do equilíbrio europeu. De outra feita, desbaratava os argumentos dos espanhóis ao argumentar que se o pretexto da incursão era religioso não se deveriam valer da força armada: “os meios de persuasão e não a espada é que se conformam aos ditames sagrados da nossa Fé”. Por outro ponto de vista, se o vice-rei de Buenos Aires e seus oficiais buscavam “vingar injúrias próprias, não nos compete tomar parte no castigo de insultos quando não fomos ofendidos, mas antes muitas vezes beneficiados”. Em resumo, considerava que a contenda não envolvia de forma alguma aos vassallos de Sua Alteza Real, o príncipe Dom João.

Os benefícios diziam respeito ao fato dos índios serem “pouco temíveis”, o que não gerava motivo para desejar-lhes a “ruína total”, pois não estavam em condições de hostilizar seriamente os portugueses. De outro lado, “como amigos nos podem vir a ser úteis em algumas conjunturas”. Não confiava o governador nos charrua e minuano, classificando-os pejorativamente de malignos e inconstantes, mas admitia que distraíam, inquietavam e cansavam “continuamente as forças espanholas”, o que era bastante vantajoso, já que desestabilizava a mobilização militar em larga escala. Novamente, o bem informado governador recorria ao exemplo histórico, desta vez das “nações altas que habitam a parte setentrional da América nos oferecem um exemplo palpável da vantagem e interesse de um tal sistema”. Observador e instruído Silva Gama pesava vantagens e desvantagens enquanto planejava sobre diversos cenários possíveis, o que se mostrava possível em parte pelo fluxo de informações que recebia das duas fronteiras, Rio Pardo e Rio Grande. A resposta educada encaminhada ao tenente-coronel Vianna dissimulava o desejo de que os dois desafetos de Portugal se desgastassem mutuamente. Discretamente os portugueses ofereciam simpatia e abrigo aos indígenas, por considera-los um adversário inexpressivo. Tratava-se de um elaborado cálculo político, que jogava em parte com o histórico de obséquios trocados entre os confinantes da fronteira.

O saldo da perseguição aos indígenas por parte dos espanhóis foi bastante sangrento aos primeiros. A notícia obtida por uma patrulha espanhola era de que um toldo de minuano fora atacado “e que só o cacique escapou, e um piá”.<sup>27</sup> Os sobreviventes se

reuniram a outros grupos minuanos abrigados na área portuguesa. Diante desses revezes caciques juraram lealdade ao rei de Portugal, procurando sua proteção e engrossando o número de guerreiros disponíveis aos quadros lusitanos no extremo sul, o que ao fim e ao cabo terminou por comprovar as ponderações do governador Paulo José da Silva Gama.<sup>28</sup>

Pouco tempo antes dos fatos aqui narrados, no mês de janeiro de 1803, dois oficiais mais uma vez trocaram missivas na região de fronteira. O capitão João José Palmeiro, lotado na guarda do Taim, consultava seu superior, o brigadeiro Manuel Marques de Souza, sobre como proceder a uma interpelação escrita do comandante espanhol do forte de Santa Teresa, Agostinho de la Rosa, datada de 23 do mês que corria. Embora esta nota tenha sido repassada ao comandante Marques de Souza a mesma não consta, infelizmente, junto à documentação por nós consultada. Os documentos subsequentes, contudo, nos deixam entrever seu conteúdo. De la Rosa demandava satisfações a Palmeiro a respeito de concentração de tropas portuguesas em locais próximos aos limites entre as possessões das Coroas ibéricas. O que significavam tais iniciativas?

Palmeiro consultou seu superior e a situação revelou alguma tensão entre os dois lados e uma dose de importância. Diferente das outras correspondências consultada esta continha uma observação, a de que “Esta carta foi recebida às 6 horas da manhã do dia 26, e respondida e enviada a resposta, e o borrão da que deve dar-se ao Comandante de Santa Teresa às 10 horas da manhã do mesmo dia”.<sup>29</sup> Isto é, a carta do capitão Palmeiro deve ter chegado com avisos de urgência ao brigadeiro Marques de Souza, pois o mesmo a leu, ponderou sobre o assunto, teceu um estratagema para tratar com os espanhóis e despachou a resposta em apenas quatro horas. A prioridade da carta, portanto, parece se confirmar pela rapidez do retorno. Nenhuma das missivas acima expostas contém uma informação tão detalhada de seu processamento, o que denota um caso realmente delicado.

Como Marques de Souza e Palmeiro lidaram com a situação é que nos chama a atenção, por revelar novamente a existência de olheiros e vigias, os quais eram manifestamente admitidos frente aos confinantes. Da resposta de Palmeiro a de la Rosa fica claro que o comandante espanhol soubera através de algum tipo de informante da iniciativas militares lusitanas, uma vez tendo sabido disto ele exigia saber do que se tratava esta atitude. O português retrucava desenvolvendo duas linhas de raciocínio. Segundo a primeira, as notícias eram evidentes exageros, já que a tropa miliciana nada

mais fazia do que revistas e manobras, as quais eram corriqueiras e ocorriam em lugares diversos e não de modo concentrado. As tropas de linha realizavam prática semelhante, não ocorrendo nada de excepcional. Palmeiro alertava ao interlocutor hispânico a ter cuidado em seu julgamento sobre as notícias que circulavam, pois nem todos os informantes eram confiáveis.

Esse mesmo sujeito, ou sujeitos que V. Mce. Acusa no seu ofício terem dado a notícia das providências e ordens distribuídas pelos meus chefes nestas fronteiras (...), serão os mesmo que nos afirmam haver iguais, maiores movimentos entre a Tropa desse vice-reinado, formando-se uma grossa coluna que tendo passado o Rio Negro seguiu a Costa do Uruguai, ajuntando-se-lhe depois várias companhias de vizinhos na vila nova de Belém para engrossar aquela, e tendo-se conchavado de gente, a preço de 23 pesos pelo seu engage [sic.].

Isto é, a confiar-se somente em rumores havia tantos motivos para os portugueses se colocarem em alerta quanto para os espanhóis. Ademais, o capitão demonstrava sutilmente o quanto sabia sobre o movimento vizinho, sem, contudo, revelar como o fazia. Claro está que nenhum dos lados ignorava o fato do outro lançar mão de bombeiros e espias. Sendo recorrente seu expediente por parte dos portugueses seria crê-los inocentes se acreditássemos que ignoravam que o inimigo também os utilizava. O capitão ia mais longe e de modo áspero concluía que “Tudo isto, que é certo, o é também, ou dá decididos indícios, e suspeitas que da parte dos chefes espanhóis não se obra com aquela boa fé encomendada reiteradamente pelos nossos Augustos Soberanos em observância dos Tratados”, pois as providências defensivas insinuadas pelo espanhol como resposta à possível investida de tropas lusas “o não fariam se não tivessem notícias dos movimentos aí praticados”. Explorando as “palavras expressas” por de la Rosa, Palmeiro afirmava que as atitudes dos espanhóis autorizavam os portugueses a mobilizarem efetivos, pois que, a se acreditar nas notícias, uma volumosa força atacaria os domínios dos Bragança no sul da América, embora tivesse o cuidado de ressaltar que duvidava disso, “o que não suponho”.

A carta foi trabalhada com fina retórica, de maneira a anular as suspeitas espanholas ou a autorizar uma medida de força pelos portugueses. Em ambos os casos se colocava em xeque as interpelações do ofício de 23 de janeiro, que desencadearam a querela. O capitão Palmeiro, confessadamente, respondia a contragosto, acreditando que uma correspondência desta seriedade não deveria ser conduzida entre oficiais do gabarito dos envolvidos, a “pergunta, segundo a etiqueta portuguesa, só pode ser feita da

autoridade do Governador de Montevideu para cima, e respondida pela do Sr. Governador deste Continente, que algumas vezes a delega nos Comandantes das Fronteiras”. Palmeiro se explicava ao interlocutor: “darei que apenas sei, e posso responder somente por conjectura para satisfazer a V. Mce.”. Ao final da redação lembrava novamente que tais assuntos não lhes competiam “queira para o futuro dispensar-se de tratar semelhantes assuntos comigo, pois me é absolutamente incompetente uma correspondência de semelhante natureza”. Era uma dura repreensão ao comandante do forte espanhol e uma astuta evasiva a futuras exigências de satisfações.

Não obstante devemos nos ater nas palavras da carta e nos significados ocultos, pois contém avisos sutis aos endereçados. A carta diz explicitamente que era uma prerrogativa do governador do Rio Grande de São Pedro tratar de um assunto desta gravidade, sendo eventualmente delegada aos comandantes de fronteira. De la Rosa não o sabia, mas como afirmamos o comandante Manuel Marques de Souza fora consultado por Palmeiro e o respondera com a maior brevidade possível. A carta do capitão data de 25 de janeiro e alcançou o quartel de Rio Grande às 6 horas da manhã do dia 26. Seu mensageiro deve ter se deslocado durante a noite, alcançando o brigadeiro tão cedo quanto conseguisse. A resposta de João José Palmeiro ao comandante espanhol, por sua vez, data do mesmo dia 26, o que sugere que um segundo deslocamento realizado a velocidade máxima, o qual saiu de Rio Grande às dez da manhã. Em resumo, Manuel Marques de Souza envergou a autoridade para responder a caso, valendo-se da confiança que lhe votava o governador. Eis aí o motivo de incluir a passagem acima mencionada, pois a carta de Palmeiro não era mera conjectura de um ignorante no assunto, mas sim a consulta do superior competente e autorizado. Os portugueses, entretanto, tiveram o cuidado de omitir esta última parte, a fim de desencorajar novas queixas do oficial hispânico.

As artimanhas acima explicadas seriam já interessantes para compreendermos os estratagemas envolvidos na comunicação entre oficiais ibéricos em uma região de fronteira, mas há ainda um último ardil a ser revelado. A carta que o capitão João José Palmeiro encaminhou a Agostinho de la Rosa constante no maço 4 do fundo Autoridades Militares é coroada pela seguinte observação: "Cópia da resposta que ordenei ao Cap. João José Palmeiro desse ao Comandante do Forte de Sta. Teresa, correspondente ao ofício que dele recebeu em data de 23 do corrente, cujo borrão remeti aquele capitão em data do dia 26 do mesmo". Ou seja, a carta não fora redigida por Palmeiro, mas por



Manuel Marques de Souza, como o demonstra o verbo “ordenei”. O experiente (e esperto) comandante da fronteira do Rio Grande – nesta altura já contava cerca de 25 anos no posto – sufocava a audácia e a pretensão do comandante do forte de Santa Teresa ao repreendê-lo e desautorizá-lo a escrever novamente sobre assuntos semelhantes. Entrementes, admitir que a carta mobilizara sua atenção poderia sugerir ao incômodo vizinho que suas suspeitas possuíam algum fundamento ou que lhe competia tratar diretamente com o comando de Rio Grande. Dessa forma, criou-se a ficção da carta que Palmeiro não redigiu, mas tão somente transcreveu para que constasse sua grafia e assinatura.

Em teoria os encarregados das guardas imediatas trocavam cartas como muitos outros, embora o português admoestasse seu par e o colocasse em seu lugar. Na prática um oficial mais graduado e experiente repreendia o espanhol e o excluía de futuros diálogos semelhantes. Em teoria o ignorante e incompetente capitão de uma guarda fronteiriça fazia conjecturas não autorizadas sobre o assunto. Na prática o responsável por todo o setor mais meridional da capitania explicava com cuidado as implicações das acusações e as possíveis consequências em seguir com interpelações desprovidas da etiqueta que observamos nas cartas acima (ainda que sejam cronologicamente posteriores). Trata-se de um episódio em que se revela a vivacidade da dissimulação portuguesa, a qual efetuava um verdadeiro serviço de desinformação, visto que anulava a iniciativa de questionamento espanhol, escondia o quanto os portugueses sabiam e apresentava-se por meio de um falso redator. Uma tática que explorava a frequente troca de cartas e informação entre oficiais espanhóis e portugueses a fim de melhor controlá-la.

#### BIBLIOGRAFÍA:

BARROS, Edval de Souza. 2008. Negócios de Tanta Importância. O Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661). Lisboa: CHAM. 392p. ISBN 978-989-95563-2-4.

CAMARGO, Fernando. 2001. O malón de 1801: a Guerra das laranjas e suas implicações na América Meridional. Passo Fundo: Clio Livros. 351 p. ISBN 8588472066.

CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. 2014. “A formação dos secretários na arte de escrever cartas: um manual português no século XVIII”. En: V Encontro Internacional

de História Colonial: Cultura, Escravidão e Poder na Expansão Ultramarina (séculos XVI ao XIX). Maceió: EDUFAL. P. 25.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. 2009. “Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII”. Tempo. Número 14/27. P. 36-50. ISSN 1413-7704.

GÓMEZ, Antonio Castillo 2002a. “Como o polvo e o camaleão se transformam”. Modelos e práticas epistolares na Espanha Moderna. In BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (orgs.). Destino das letras: história, educação e escrita epistolar. Passo Fundo: UPF. 277p. ISBN 85-7515-057-X.

GÓMEZ, Antonio Castillo. 2002b. “Entre la necesidad y el placer. La formación de una nueva sociedad del escrito (SS. XII-XV)”, In. GÓMEZ, Antonio Castillo (coord.) Historia de la cultura escrita. Del Próximo Oriente Antiguo a la sociedad informatizada. Gijón: Ediciones Trea. 464p. ISBN 9788497040082.

GUAPINDAIA, Mayra. 2013. D. Rodrigo de Souza Coutinho: pensamento ilustrado e a reforma dos Correios nos setecentos. Postais: Revista do Museu Nacional dos Correios. Número 1. P.75-99. ISSN 2317-5699.

LOUREIRO, Marcello José Gomes. 2012. A gestão do labirinto: circulação de informações no Império Ultramarino Português, formação de interesses e construção da política lusa para o Prata (1640-1705). Rio de Janeiro: Apicuri. 280p. ISBN 978-85-61022-62-4.

MIRANDA, Márcia Eckert; MARTINS, Liana Bach (coords.). 2008. Capitania de São Pedro do Rio Grande: correspondência do Governador Paulo José da Silva Gama 1808. Porto Alegre: CORAG. 208p. ISBN 978-85-7770-035-6.

NOVAIS, Fernando. 2001. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). São Paulo: Editora Hucitec. 420p. ISBN 85-271-0126-2.

RIBEIRO, José Iran. 2005. Quando o serviço os chamava: milicianos e guarda nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845). Santa Maria: Editora da UFSM. 304p. ISBN 857391050X.

---

<sup>1</sup> FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. 2009. “Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII”. Tempo. Número 14/27.

<sup>2</sup> IDEM, p. 46.

<sup>3</sup> LOUREIRO, Marcello José Gomes. 2012. A gestão do labirinto: circulação de informações no Império Ultramarino Português, formação de interesses e construção da política lusa para o Prata (1640-1705). Rio de Janeiro: Apicuri.

<sup>4</sup> BARROS, Edval de Souza. 2008. Negócios de Tanta Importância. O Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661). Lisboa: CHAM.

<sup>5</sup> Ver RIBEIRO, José Iran. 2005. Quando o serviço os chamava: milicianos e guarda nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845). Santa Maria: Editora da UFSM.

<sup>6</sup> CASTILLO GÓMEZ, (2002a e 2002b)

<sup>7</sup> CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. 2014. “A formação dos secretários na arte de escrever cartas: um manual português no século XVIII”. En: V Encontro Internacional de História Colonial: Cultura, Escravidão e Poder na Expansão Ultramarina (séculos XVI ao XIX). Maceió: EDUFAL.

<sup>8</sup> GUAPINDAIA, Mayra. 2013. D. Rodrigo de Souza Coutinho: pensamento ilustrado e a reforma dos Correios nos setecentos. Postais: Revista do Museu Nacional dos Correios. Número 1. P.75-99..

<sup>9</sup> NOVAIS, Fernando. 2001. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). São Paulo: Editora Hucitec.

<sup>10</sup> Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1995: 195.

<sup>11</sup> Para os episódios da Guerra de 1801 e a anexação das missões ver CAMARGO, Fernando.

<sup>12</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Autoridades Militares (AHRM-AM), maço 7, doc. 4.

<sup>13</sup> AHRM-AM, maço 8, doc. 60.

<sup>14</sup> Idem.

<sup>15</sup> AHRM-AM, maço 8, doc. 117.

<sup>16</sup> AHRM-AM, maço8, doc. 122.

<sup>17</sup> AHRM-AM, maço 8, doc. 121.

<sup>18</sup> AHRM-AM, maço8, doc. 18.

<sup>19</sup> AHRM-AM, maço8, doc. 81.

<sup>20</sup> Idem.

<sup>21</sup> AHRM-AM, maço 8, docs. 99 e 106.

<sup>22</sup> AHRM-AM, maço 8, doc. 99.

<sup>23</sup> AHRM-AM, maço 8, doc. 50C.

<sup>24</sup> AHRM-AM, idem.

<sup>25</sup> AHRM-AM, idem.

<sup>26</sup> AHRM-AM, idem.

<sup>27</sup> AHRM-AM, maço 8, doc. 18A.

<sup>28</sup> MIRANDA e Martins, 2008, p. 110-111.

<sup>29</sup> AHRM-AM, maço 4, doc. 17.